



NOVIDADES LEGISLATIVAS



EDIÇÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

Nesta Edição:

- **CNI participa de Audiência Pública sobre o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico;**
- **Plenário do Senado Federal realizou hoje sessão temática para debater a Reforma da Previdência (PEC 06/2019)**

Painel

Plenário da Câmara dos Deputados iniciou hoje a votação dos 20 destaques remanescentes ao texto da nova Lei de Licitações (PL 1292/95)

Foi apreciado e rejeitado o destaque 30 do PP que pretendia reduzir o valor para utilização, pelas MPes, do benefício do empate ficto

A votação deve ser retomada amanhã.

CNI participa de Audiência Pública sobre o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico

A Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 3261/2019, do Senado Federal, que atualiza o marco legal do saneamento básico recebeu hoje pela manhã a especialista em infraestrutura da CNI, Ilana Junqueira Marques Ferreira Figueiredo.

No início de sua exposição Ilana comentou da participação ativa da CNI desde o início da tramitação deste tema na MPV 844/2018.

Segundo a especialista, o saneamento básico é o setor da infraestrutura mais atrasado no Brasil, cerca de 100 milhões de brasileiros não possuem acesso a coleta de esgoto e 17% não dispõem de abastecimento de água. Para que tal situação mude e a universalização dos serviços possa acontecer, é imprescindível que, assim como aconteceu em outros setores de infraestrutura, ocorra concorrência na concessão dos serviços, para permitir que a população tenha acesso aos melhores prestadores de serviço com clareza de metas de

atendimento e investimentos e com tarifas adequadamente reguladas. Na visão da CNI, esse é o único instrumento capaz de garantir a prestação do melhor serviço, tendo como foco a racionalidade econômico-financeira, a qualidade e a universalização.

Outro ponto fundamental da proposta diz respeito a definição de um órgão federal responsável pela estruturação diretrizes regulatórias. Segundo Ilana, estabelecer a competência para uma agência reguladora federal definir diretrizes regulatórias para o setor, associando o alinhamento a essas diretrizes ao acesso aos recursos federais, cria incentivos para uma melhora na qualidade regulatória da prestação de serviços públicos de saneamento.

Plenário do Senado Federal realizou hoje sessão temática para debater a Reforma da Previdência (PEC 06/2019)

A reunião contou com a presença de:

- ✓ José Márcio Camargo, professor de Economia;
- ✓ Paulo Tafner, ex-chefe da Coordenação de Estudos da Previdência do Ipea;
- ✓ Rogério Marinho, Secretário de Trabalho e Previdência;
- ✓ Eduardo Moreira, Economista;
- ✓ Eduardo Fagnani, professor da Unicamp;
- ✓ Ricardo Berzoini, ex-ministro da Previdência Social;
- ✓ Maria Lúcia Fattorelli, representante da Auditoria Cidadã da Dívida.

O Secretário de Trabalho e Previdência, Rogério Marinho, destacou que a Reforma da Previdência irá reorganizar os benefícios, preservando os direitos dos cidadãos. Fez críticas ao sistema previdenciário atual, considerando-o injusto e sustentável. Afirmou que o debate avançou, uma vez que boa parte dos parlamentares admite que são necessárias mudanças. Para Rogério Marinho, a economia obtida com a reforma da previdência irá retornar positivamente com investimentos.

Paulo Tafner afirmou que o gasto com previdência no país é maior que os gastos em saúde e educação. Destacou que a mudança demográfica no país ainda irá agravar os gastos previdenciários em relação ao PIB. De maneira similar, José Marcio Camargo destacou o elevado gasto com previdência, sendo bem maior que o gasto com educação de jovens, por exemplo.

O economista Eduardo Moreira fez críticas relativas às alterações sobre o abono salarial, pensão por morte e aposentadorias especiais. Em seu entendimento, a redução do escopo de quem receberá o abono salarial irá prejudicar uma grande parcela da população mais pobre.

Professor da Unicamp, Eduardo Fagnani, destacou que o país tem um enorme contingente de desempregados que, mesmo com as regras atuais, já não contribuem para a previdência. Afirmou que a proposta acaba com a seguridade social, principal mecanismo de transferência de renda no país, de acordo com seu entendimento.



Para Ricardo Berzoini, ex-Ministro da Previdência Social, a proposta irá atingir principalmente os mais pobres, que são os que mais necessitam da seguridade social, saúde pública e previdência social. Criticou, ainda, a baixa presença de parlamentares na reunião.

Representante da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, destacou que a reforma é de interesse do mercado financeiro e será prejudicial para a população. Afirmou ser necessária a rejeição da reforma da previdência e a realização de uma reforma tributária, defendendo a cobrança de imposto sobre grandes fortunas.